D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 07 de Maio de 2026
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXII Edição Nº 2510
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

SPA das Mães: Dia da beleza gratuito para as mamães da cidade

Para celebrar o Dia das Mães com muito carinho, a Prefeitura de Mangaratiba vai promover na próxima segunda-feira (11/05) um verdadeiro dia de beleza GRATUITO para as mamães da cidade!

O "SPA das Mães" vai acontecer simultaneamente em quatro pontos do município, com diversos serviços gratuitos: Maquiagem, Esmaltação, Corte de cabelo e escova, Trança, Design de Sobrancelha, Limpeza de pele, Massoterapia, Spa dos pés e muito mais!

Locais:
Praça Robert Simões (Centro)
Praça João Bondim (Muriqui)
Praça Luiz Quatropanni (Itacuruçá)
Praça Waldomiro José Nogueira (Conceição de Jacareí)
Horário: das 9h às 13h

Mãe, escolha o local mais próximo e venha aproveitar esse momento pensado especialmente para você!



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

PORTARIA ADM. N.º 509 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a servidora NATALIA FERREIRA AMARAL ESTEVES, matrícula n.º 11528, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 26(VINTE E SEIS) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 03/02/2026 a 28/02/2026, conforme processo n.º 1768/2026.

PORTARIA ADM. N.º 510 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 15(QUINZE) dias de licença médica a(o) servidor(a) RONALD LEONARDO PESSANHA SUDRE JUNIOR, PROFESSOR I, matrícula n.º 11401, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01/05/2026 a 15/05/2026, conforme processo n.º 6867/2026.

PORTARIA ADM. N.º 511 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 15(QUINZE) dias de licença médica a(o) servidor(a) IVANA GLACY MIRANDA MORENO, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 10654, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 20/04/2026 a 04/05/2026, conforme processo n.º 6865/2026.

PORTARIA ADM. N.º 512 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 30(TRINTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) ANTONIO CARLOS SAMPAIO GOMES, TECNICO EM APARELHO GESSADO, matrícula n.º 2609, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 29/04/2026 a 28/05/2026, conforme processo n.º 6864/2026.

PORTARIA ADM. N.º 513 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 120(CENTO E VINTE) dias de licença médica a(o) servidor(a) SUELY RODRIGUES DE BRITO DA SILVA, PROFESSOR II, matrícula n.º 1159, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 11/05/2026 a 07/09/2026, conforme processo n.º 7909/2024.

PORTARIA ADM. N.º 514 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 45(QUARENTA E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) JULIANA DE SIQUEIRA RODRIGUES DA SILVA, PROFESSOR I, matrícula n.º 10107, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 21/04/2026 a 04/06/2026, conforme processo n.º 12468/2024.

PORTARIA ADM. N.º 515 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) SELMA MOURA DE MELO PIMENTEL, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 3505, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 18/04/2026 a 16/07/2026, conforme processo n.º 4935/2025.

PORTARIA ADM. N.º 516 DE 06 DE MAIO DE 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 15(QUINZE) dias de licença médica a(o) servidor(a) ALINE LOPES DE OLIVEIRA, ASSISTENTE SOCIAL, matrícula n.º 10578, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 26/04/2026 a 10/05/2026, conforme processo n.º 15233/2025.

PORTARIA ADM. N.º 517 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) MIRIAM TEIXEIRA GOMES FELIX, PROFESSOR II, matrícula n.º 11036, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 19/03/2026 a 17/05/2026, conforme processo n.º 4572/2025.

PORTARIA ADM. N.º 518 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 49(QUARENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) CRISTINA PEREIRA DA SILVA, PROFESSOR II, matrícula n.º 1361, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 16/03/2026 a 03/05/2026, conforme processo n.º 4835/2026.

PORTARIA ADM. N.º 519 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 49(QUARENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) CRISTINA PEREIRA DA SILVA, PROFESSOR II, matrícula n.º 11201, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 16/03/2026 a 03/05/2026, conforme processo n.º 4835/2026.

PORTARIA ADM. N.º 520 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) ALESSANDRA GARCIA COUTINHO, PROFESSOR II, matrícula n.º 10167, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 06/02/2026 a 06/04/2026, conforme processo n.º 3919/2026.

PORTARIA ADM. N.º 521 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) ALESSANDRA GARCIA COUTINHO, PROFESSOR II, matrícula n.º 11044, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 06/02/2026 a 06/04/2026, conforme processo n.º 3919/2026.

PORTARIA ADM. N.º 522 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 30(TRINTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) NEUZA RAMOS DA SILVA, PROFESSOR II, matrícula n.º 10123, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 30/03/2026 a 28/04/2026, conforme processo n.º 1372/2022.

PORTARIA ADM. N.º 523 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da

Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 120(CENTO E VINTE) dias de licença médica a(o) servidor(a) ANDREA PEREIRA ALVES FILGUEIRAS, PROFESSOR II, matrícula n.º 10148, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 16/03/2026 a 13/07/2026, conforme processo n.º 12795/2021.

PORTARIA ADM. N.º 524 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 180(CENTO E OITENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) CAROLINE PINHEIRO COSTA, MERENDEIRO (A), matrícula n.º 10704, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 12/01/2026 a 10/07/2026, conforme processo n.º 10658/2024.

PORTARIA ADM. N.º 525 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 30(TRINTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) PATRICIA VILLAS BOAS DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR II, matrícula n.º 3242, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 20/03/2026 a 18/04/2026, conforme processo n.º 15606/2018.

PORTARIA ADM. N.º 0538 DE 06 DE MAIO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) PRISCILA GABRI XAVIER, AGENTE DE SAUDE, matricula n° 10292, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2016/2021, com efeito retroativo de 29/04/2026 a 27/07/2026, conforme processo n°. 4407/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 06 de Maio de 2026.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025- REMARCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 7124/2024
OBJETO: A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de recursos digitais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Unitário
MODO DE DISPUTA: ABERTO
INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 13 de maio de 2025 às 15h00min até 26 de maio de 2025 às 23h59min
DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 27 de maio de 2025 às 09h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/, no dia e hora indicadas neste Edital e conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/ , podendo, alternativamente, ser impresso no site http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes, dúvidas poderão ser dirimidas através dos e-mails: cpl@mangaratiba.rj.gov.br e cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com;

Mangaratiba, 07 de maio de 2026.
Mariana de Vasconcellos Pontes Alves
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria nº: 1001/2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Procuradoria Geral do Município

Processo n° 14662/2023
Fls._____

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO DE COMODATO N° 124/2023

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO N° 124/2023- COMODATO N° 001/2023, QUE ENTRE SI FIRMAM O **MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS** E DE OUTRO LADO **A EMPRESA CONSIGLOG TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA,** QUE TEM POR OBJETO A SUA EXTINÇÃO, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº 92, Centro, Mangaratiba-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.138.310/0001-59, e neste ato representada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, Sra. Luciana Campos Pereira da Silva Santos,** brasileira, casada, servidor público, portador da cédula de identidade nº 09162313-2 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 016.644.527-45, com domicílio no Paço Municipal, Mangaratiba/RJ**,** doravante denominado **COMODATÁRIO,** resolve formalizar o presente **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR ATO UNILATERAL**, com fundamento no artigo 79, inciso I, c/c artigo 78, inciso V, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, referente ao Contrato nº 123/2024, firmado em 28 de dezembro de 2023 com a empresa **CONSIGLOG TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 18.084.191/0001-82, com sede à Avenida Francisco Matarazzo, 1400- 16° andar- Edifício Milano, Bairro Água Branca- São Paulo/SP, neste ato representada pelos seus sócios Sr. Dalton Marin Espinosa, portador do RG n° 22.470.669- SSP/SP, inscrito no CPF/MF n° 176.335.108-46, e pelo Sr. Paulo Soares de Carvalho Júnior, portador do RG n° 374518233- SSP/SP, inscrito no CPF/MF n° 568.721.195-00, neste ato denominados **COMODANTE**, constante do Processo Administrativo n° 14662/2023, na melhor forma de direito e mediante as seguintes cláusulas:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 14662/2023
Fls._____

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO ORIGINAL

As partes firmaram, em 28 de dezembro de 2023, contrato nº 124/2023- Comodato nº 001/2023, de licenciamento de uso do sistema de computador de gestão de consignados denominado **LOGCONSIG**, destinado à operacionalização e controle de consignações em folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Mangaratiba/RJ.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

O **CONTRATANTE** resolve rescindir, unilateralmente, o Contrato nº 123/2024, em atendimento ao disposto na Cláusula Décima do referido instrumento contratual, bem como em observância ao interesse público, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93. O contrato mencionado tem como objeto a prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema de computar denominado LogConsig, de propriedade da comodante, devidamente registrado no INPI- Instituto Nacional de Propriedade Industrial, destinado a possibilitar o controle efetivo de realização de empréstimos descontados em folhas de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, conforme Processo Administrativo nº 14662/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MOTIVOS DA RESCISÃO

A presente rescisão contratual é formalizada por ato unilateral do Município de Mangaratiba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, no regular exercício de suas prerrogativas administrativas, especialmente no âmbito do poder discricionário que lhe confere a possibilidade de avaliar a conveniência e a oportunidade da manutenção de seus vínculos contratuais, tudo nos termos do Contrato nº 123/2024, cuja cláusula expressa autoriza a extinção do ajuste a qualquer tempo, desde que precedida de comunicação à parte contratada.

Cumpre destacar, desde logo, que a decisão ora adotada não decorre de impulso arbitrário ou desprovido de motivação, mas, ao revés, encontra-se alicerçada em juízo administrativo legítimo, devidamente fundamentado no interesse público, o qual, por sua natureza, deve prevalecer sobre interesses particulares eventualmente contrapostos. Nesse contexto, a Administração Municipal, ao reavaliar a utilidade, a necessidade e a adequação do objeto contratado à luz das demandas institucionais contemporâneas, concluiu pela ausência de interesse na continuidade da avença, circunstância que, por si só, já se mostra suficiente para legitimar a rescisão, à luz da cláusula contratual pertinente.

Não obstante tal fundamento principal, registre-se que, no curso da execução contratual, foram reportadas à Administração diversas reclamações relacionadas à prestação dos serviços objeto do ajuste, notadamente no que se refere a falhas recorrentes no funcionamento do sistema operacional disponibilizado pela contratada. Tais inconsistências, embora não constituam o fundamento nuclear da decisão administrativa, contribuíram de forma relevante para o amadurecimento do convencimento da Administração no sentido da descontinuidade do vínculo contratual, na medida em que evidenciaram fragilidades na execução do objeto pactuado.

Nesse cenário, o Município, em estrita observância aos princípios da boa-fé objetiva, da transparência e da cooperação, adotou uma série de providências com o objetivo de oportunizar à contratada a regularização das falhas apontadas. Inicialmente, o setor de Recursos Humanos encaminhou comunicação formal à empresa, por meio eletrônico, em 03/09/2025, solicitando

esclarecimentos e a adoção imediata de medidas corretivas. Diante da ausência de solução satisfatória, nova comunicação foi expedida em 10/10/2025, reiterando a necessidade de saneamento das irregularidades identificadas.

Persistindo, contudo, a inadequação na prestação dos serviços e diante da inércia da contratada em promover a devida regularização, o Município expediu, em 30/01/2026, Notificação Extrajudicial, por meio da qual comunicou formalmente sua intenção de rescindir o contrato, concedendo o prazo de 90 (noventa) dias para o encerramento da relação contratual, em estrita conformidade com o disposto na Cláusula Décima do instrumento originário. Registre-se que a referida notificação foi regularmente encaminhada por meio eletrônico, assegurando-se à contratada plena ciência do teor e dos efeitos da medida.

Em 04/04/2026, a contratada apresentou manifestação na qual demonstrou interesse na manutenção da contratação. Todavia, tal pretensão não se mostrou suficiente para infirmar a decisão administrativa já consolidada, sobretudo porque o juízo de conveniência e oportunidade, inerente à Administração Pública, não se subordina à anuência da parte contratada, mas sim à avaliação do interesse público envolvido. Assim, mantida a decisão de não prosseguir com o ajuste, o Município deu regular prosseguimento às medidas necessárias à formalização da rescisão.

Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias previsto na notificação extrajudicial e na cláusula contratual pertinente, foi encaminhada à contratada, em 22/04/2026, comunicação formal contendo o termo de rescisão amigável para assinatura. Ressalte-se que, naquele momento, havia, inclusive, uma sinalização inicial de concordância por parte da empresa quanto ao encerramento do vínculo, o que reforça a boa-fé e a tentativa de solução consensual por parte da Administração. Não obstante, a contratada quedou-se inerte, deixando de formalizar o distrato.

Na tentativa de esgotar as vias consensuais, a Administração Pública promoveu novo contato em 29/04/2026, inclusive por intermédio de representantes da empresa via aplicativo de mensagens instantâneas, ocasião em que reiterou o encaminhamento do termo de rescisão amigável para assinatura, novamente sem qualquer retorno efetivo.

A situação atingiu grau ainda mais gravoso em 04/05/2026, quando houve a interrupção do funcionamento do sistema operacional contratado, circunstância que ocasionou severos prejuízos ao setor de Recursos Humanos e à própria Administração Municipal, especialmente em razão da impossibilidade de acesso às margens consignáveis dos servidores, comprometendo, assim, atividades essenciais e a continuidade do serviço público, o que, por evidente, não se coaduna com os princípios da eficiência e da continuidade administrativa.

Diante de todo o exposto, resta amplamente demonstrado que o Município observou rigorosamente o procedimento contratual estabelecido, assegurou à contratada a prévia ciência da intenção de rescindir o ajuste, concedeu prazo razoável para o encerramento da relação jurídica e envidou esforços concretos para viabilizar uma solução consensual, a qual restou frustrada exclusivamente pela inércia da empresa.

Assim, à luz do desinteresse superveniente da Administração na manutenção do contrato, aliado às falhas reiteradas na execução do objeto e à ausência de colaboração eficaz por parte da contratada, o Município de Mangaratiba, no exercício legítimo de suas prerrogativas e em estrita observância ao interesse público, resolve promover a RESCISÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 14662/2023
Fls._____

UNILATERAL do Contrato nº 123/2024, com fundamento nas cláusulas contratuais pertinentes e na legislação aplicável, conferindo-se à presente decisão plena validade, eficácia e exigibilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA –: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Rescisão encontra amparo legal nos artigos 78, I, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DOS EFEITOS

A presente RESCISÃO, produzirá seus efeitos a partir da assinatura do presente instrumento, sendo considerado rescindido o contrato **nº 124/2023** a partir dessa data, com a extinção de todas as obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DO ATO RESCISÓRIO

Fica consignado que o Contrato nº 124/2023, está rescindido, sendo tal ato realizado em estrita observância às disposições legais e contratuais. A presente rescisão visa atender ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, moralidade e eficiência, e conforme previsto na Cláusula Terceira e Décima do contrato original.

CLÁUSULA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

Após a assinatura do Termo, deverá o extrato ser publicado no prazo legal, no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO COMPETENTE

Para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Mangaratiba, 07, de maio de 2026.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
Sra. Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Comodatário

TESTEMUNHAS:

NOME: Cintya da Silva Araujo Cortez
CPF: 056.485.737-82

NOME: Geneusa Fonseca Duarte de Santo
CPF: 126018337-59

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA

No vinte nove dias do mês de abril de 2026, às 16h03min, reuniu-se, em caráter ordinário, o Conselho Municipal de Educação, sob a presidência da conselheira titular, iniciando-se os trabalhos com a verificação da presença dos membros, estando presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Laís Câmara da Rocha, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Juliana Ferre Martins Suliano, Adriana das Dores Domingos de Castro, Célia Maria de Almeida e Leandro José dos Santos Silva.** A ordem do dia foi composta pelos seguintes itens: **Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada em 01/04/26**, a qual foi aprovada por unanimidade; **Leitura do e-mail Promotor,** para ciência do colegiado; **Leitura do Ofício Recebido nº 28/26/CME (Coffe Break)**, aguardando resposta do setor de nutrição; **Leitura do Ofício Expedido nº 28/26/CME**, encaminha edital nº01/26/CME para SEPE; **Leitura do Ofício Expedido nº 29/26/CME**, encaminha edital nº01/26/SISPMUM; **Leitura do Ofício Expedido nº 30/26/CME**, encaminha edital n]01/26/CME para Secretaria Municipal de Educação; **Leitura do Ofício expedido nº 32/26/CME**, que solicita empréstimo do auditório da FETEC para realização de reunião da Comissão EJAI; **Leitura do Ofício expedido nº 32/26/CME**, solicita veículo para palestrante pra reunião do dia 20/05 com a Comissão EJAI; **Leitura do Ofício expedido nº 32/26/CME,** solicita Coffe break ao setor de nutrição; **Leitura do Ofício expedido nº 42/26/CME,** encaminha resposta da 2ª Promotoria da Tutela Coletiva referente a participação do Promotor na reunião ordinária; **Alteração do Plano de Ação,** A presidente sugere suspensão do Workshop planejado para o primeiro semestre para o 2º deixando somente o seminário para 1º semestre, sugestão aprovada por unanimidade. **Edital nº02/26/CME**, A presidente fez a leitura do edital que suspende o pleito do dia 06/05. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião às 17h12min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga

1

Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
CELIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRAIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO	
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA B. AYRES DO NASCIMENTO	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP



ATA DA COMISSÃO DE ELEIÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de 2026, às 15h, reuniu-se a Comissão Eleitoral, constituída nos termos do regulamento vigente, para dar ciência à conselheira Juliana Ferre Martins Suliano sobre questões relativas ao Edital nº 01/2026/CME, deliberadas durante sua licença médica. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos e Juliana Ferre Martins Suliano. Aberta a sessão, foram apresentados à conselheira a requisição de impugnação do Edital nº 01/2026/CME, o Edital nº 02/2026/CME, Ofício Recebido nº 356/2026/PGM (Que encaminha parecer quanto a solicitação de impugnação do Edital nº01/26/CME e Ofício Recebido nº 010/SISPMUM/26 (que encaminha o candidato para concorrer ao pleito). Diante do exposto a comissão delibera por manter a suspensão prevista no edital nº02/26/CME e encaminhar ofício à Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Tecnologia e Subsecretaria de Comunicação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 15h30min, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
JULIANA FERRE SULIANO	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

ATA da Reunião Extraordinária da Câmara de Educação Básica

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e quatro minutos, deu-se início à reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Adriana das Dores Domingos de Castro, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos, Rachel Martins Barral e Cristiane dos Santos Pereira de Freitas.** A presidente declarou aberta a sessão, apresentando a seguinte pauta: leitura da ata do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade. Em seguida, foi realizada a **leitura do Ofício nº 0041/26/CEE,** que indaga acerca das providências adotadas pela Secretaria Municipal de Educação quanto à implementação da Resolução nº 01/24/CEB/CNE, no âmbito da Educação Infantil. Os conselheiros deliberaram pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação, a fim de subsidiar a elaboração de resposta ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Prosseguindo, deu-se continuidade à análise da **Resolução nº 02/25/CEB/CNE:** Artigo 8º: Estabelece que a oferta da educação deve observar critérios de qualidade, equidade e adequação às realidades locais, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Ressalta-se que não basta garantir a vaga escolar; é necessário assegurar condições efetivas de aprendizagem. Para os conselhos, isso implica acompanhar não apenas as matrículas, mas também a infraestrutura, os recursos pedagógicos e os resultados educacionais. Artigo 9º: Dispõe que os sistemas de ensino devem promover planejamento articulado, com base em dados educacionais e indicadores, visando à melhoria contínua da educação. Destaca-se a importância da gestão baseada em evidências, cabendo ao conselho verificar se o ente federativo utiliza instrumentos como o plano de educação, o censo escolar e as avaliações para orientar decisões, evitando ações improvisadas. Artigo 10: Determina que deve haver monitoramento sistemático das políticas educacionais, bem como avaliação das ações implementadas, com transparência e participação social. Esse dispositivo reforça o papel dos conselhos no controle social, exigindo acesso às informações e prestação de contas clara quanto aos resultados e à aplicação dos recursos. Artigo 11: Estabelece que União, Estados e Municípios devem atuar em regime de colaboração para garantir a efetividade das políticas educacionais. A educação básica no Brasil depende da articulação entre os entes federativos, cabendo ao conselho observar se há cooperação efetiva, evitando sobrecarga ou omissão de responsabilidades. Parágrafo único do Artigo 11: Reforça que a colaboração deve priorizar a redução das desigualdades educacionais e a garantia do direito à educação com qualidade. Evidencia-se o princípio da equidade, que pressupõe a destinação de maior atenção e recursos aos que mais necessitam, considerando as desigualdades entre escolas, regiões e públicos atendidos.

Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos, lavrando-se a presente ata para os devidos fins.

1

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

Adriana das Dores Domingos de Castro	
Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento	
Carla Meire Rodrigues de Campos	
Tamires Gonçalves de Moraes Guerra	
Cristiane dos Santos Pereira de Freitas	
Rachel Martins Barral	

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA DA COMISSÃO DE ELEIÇÃO

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2026, às 9h25 minutos, reuniu-se a Comissão Eleitoral, constituída nos termos do regulamento vigente, para deliberar sobre questões relativas ao Edital nº 01/2026/CME. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra e Carla Meire Rodrigues de Campos. A Secretária Executiva justificou a ausência da conselheira Juliana Ferre Martins Suliano, que se ausentou por questões de saúde. Aberta a sessão, foi apresentada à Comissão a interposição de recurso administrativo referente ao mencionado edital, protocolado por interessados dentro do prazo estabelecido. Após análise preliminar de admissibilidade, verificou-se a necessidade de exame mais aprofundado dos argumentos e documentos apresentados, a fim de assegurar a lisura, a transparência e a legalidade do processo eleitoral. Diante disso, os membros da Comissão deliberaram, por unanimidade, pela suspensão temporária do Edital nº 01/2026/CME, por 15 (quinze) dias úteis. Ficou estabelecido que: o processo permanecerá suspenso pelo prazo de quinze dias úteis; será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa às partes interessadas; e, após a análise do recurso, será publicada decisão fundamentada, com a eventual retomada ou retificação do cronograma eleitoral. Na sequência, foi apreciado o Ofício nº 17/2026/SEPE, que encaminha as candidatas que irão disputar o pleito. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 10h30min, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	Tamires G. de M. Guerra
JULIANA FERRE SULIANO	Faltou
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	Carla Meire R. de Campos
LAIS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação
A

ATA da Reunião Ordinária da Câmara de Educação Básica

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e catorze minutos, deu-se início à reunião ordinária da Câmara de Educação Básica – CEB. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Adriana das Dores Domingos de Castro, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos, Rachel Martins Barral e Cristiane dos Santos Pereira de Freitas.** A presidente declarou aberta a sessão, apresentando a seguinte pauta: **leitura da ata do dia treze de abril de dois mil e vinte e seis**, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade. Em seguida, foi apresentada a **Resolução CNE/CEB nº 02/2025**, que institui as diretrizes operacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática. A resolução cria regras nacionais para o uso de celulares e outros dispositivos digitais nas escolas, bem como para a inclusão da educação digital e midiática no currículo. Aplica-se a todas as escolas, públicas e privadas, e a todas as etapas da Educação Básica. No Art. 1º: define-se que as escolas devem seguir orientações para organizar o uso de dispositivos digitais e integrar a educação digital e midiática ao ensino. A presidente ressaltou que a resolução não trata apenas de proibir ou liberar o uso de celulares, mas de utilizar a tecnologia de forma planejada e educativa. As diretrizes devem orientar as políticas internas das escolas (como cada instituição irá lidar com o uso de dispositivos), o currículo escolar (o que ensinar sobre tecnologia) e a avaliação da qualidade da educação nesse tema. Ou seja, não se trata apenas de regras de comportamento, mas também de influenciar o que se ensina e como se avalia o ensino digital. No Art. 2º: destaca-se a integração com outras normas, indicando que as diretrizes seguem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e se conectam com outras legislações educacionais, demonstrando que a resolução faz parte de um conjunto mais amplo de políticas educacionais. O Art. 3º define termos chave, como: dispositivos digitais (celulares, tablets, computadores, entre outros); educação digital (uso consciente da tecnologia); educação midiática (análise crítica das informações e mídias); pensamento computacional (resolução lógica de problemas); e educação digital e midiática (integração desses elementos no ensino). Ressaltou-se que não basta utilizar tecnologia, sendo necessário compreender, questionar e produzir de forma crítica. No Art. 4º, estabelece-se o papel do governo, cabendo ao Ministério da Educação e às redes de ensino orientar e apoiar as escolas. Destacou-se que o governo não apenas cria regras, mas também deve auxiliar na sua implementação. O Art. 5º trata do papel das escolas, que devem criar regras equilibradas para o uso de dispositivos e orientar as famílias. Enfatizou-se que não se trata de proibição total, mas de equilíbrio entre o uso pedagógico e a convivência saudável, com participação da comunidade escolar nas decisões. No Art. 6º, determina-se que as regras devem constar no regimento

1

interno e no Projeto Político-Pedagógico (PPP), garantindo sua formalização. O Art. 7º dispõe que os dispositivos digitais podem ser utilizados apenas para fins pedagógicos e com orientação dos professores, deixando claro que o uso deve ser guiado e com finalidade educativa. Concluiu-se que a tecnologia deve estar presente nas escolas, porém com controle, foco pedagógico e desenvolvimento da consciência crítica, sendo responsabilidade compartilhada entre escola, governo e famílias. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião às dezessete horas e oito minutos, lavrando-se a presente ata para os devidos fins.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

Adriana das Dores Domingos de Castro	
Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento	
Carla Meire Rodrigues de Campos	
Tamires Gonçalves de Moraes Guerra	
Cristiane dos Santos Pereira de Freitas	
Rachel Martins Barral	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

ATA da Reunião Extraordinária da Câmara de Educação Básica

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e seis minutos, deu-se início à reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Adriana das Dores Domingos de Castro, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos, Rachel Martins Barral e Cristiane dos Santos Pereira de Freitas.** A presidente declarou aberta a sessão, apresentando a seguinte pauta: **leitura da ata do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e seis**, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade. No que se refere à **E. M. C. M. S.**, a conselheira Adriana apresentou requisição formulada pelo advogado de uma das alunas da modalidade EJAI, solicitando a emissão de parecer técnico-pedagógico. Conforme a referida solicitação, a discente, regularmente matriculada na Fase VII, enquadra-se como analfabeta funcional. Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Educação – SME orientou a direção da unidade escolar a encaminhar o referido advogado à equipe técnica da Secretaria, a fim de que lhe sejam prestados os devidos esclarecimentos acerca da demanda apresentada. A conselheira destacou, ainda, a relevância de submeter o caso à apreciação desta Câmara, tendo em vista que a deliberação referente à EJAI encontra-se em fase de elaboração. Quanto à **E. M. P. C.B.**, a secretária executiva elucidou os motivos que ensejaram o encaminhamento, por parte dos membros da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas – CPLN, de listagem referente à data de corte para análise desta CEB. Durante a apreciação do documento, a conselheira Laís identificou um índice significativo de reprovação nas turmas de primeiro ano, fato que lhe causou estranheza, considerando tratar-se de etapa regida pelo princípio da progressão continuada, na qual a retenção discente ocorre apenas em casos de ausência excessiva. Após amplo debate acerca da matéria, os conselheiros deliberaram pelo encaminhamento de ofício à unidade de ensino, solicitando o envio de informações detalhadas acerca dos alunos retidos, bem como das medidas adotadas com vistas à prevenção de tais ocorrências.Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião às dezessete horas e dois minutos, lavrando-se a presente ata para os devidos fins.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

Adriana das Dores Domingos de Castro	
Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento	

1

Carla Meire Rodrigues de Campos	
Tamires Gonçalves de Moraes Guerra	
Cristiane dos Santos Pereira de Freitas	
Rachel Martins Barral	

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CPLN

Ata da Reunião Ordinária da CPLN – Câmara de Planejamento, Legislação e Normas

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h05min, iniciou-se a reunião ordinária da CPLN – Câmara de Planejamento, Legislação e Normas. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: **Licila Dantas Sales da Fonseca, Célia Maria de Almeida, Juliana Ferre Martins Suliano, Leandro José dos Santos Silva e Laís Câmara da Rocha.** O presidente deu início aos trabalhos, apresentando a seguinte pauta: **Leitura da ata do dia 01 de abril de 2026**, a qual foi devidamente aprovada; **Análise da data de corte da E.M. Raul Werneck**, não sendo constatadas intercorrências. No tocante à unidade CEBRICK, a secretária executiva sugeriu notificar a SME, visto que já foram esgotadas todas as tentativas de contato com a unidade, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis. Quanto à **Lei nº 15.326/26**, esta foi incluída em pauta em atenção à solicitação da conselheira Licila, com base na manifestação do SEPE e de auxiliares de ensino, que cobram o reconhecimento da categoria como Profissionais da Educação, citando a referida lei como embasamento. Após leitura e debate, o colegiado entendeu que a lei não discorre sobre Auxiliares de Turma, mas sim sobre Professores que, em alguns municípios, são divididos por segmentos. Considerando que Mangaratiba não se enquadra nesse perfil, o colegiado deliberou pelo encerramento do estudo da pauta. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião às 16h58min, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga

Secretária Executiva

Licila Dantas Sales da Fonseca	
Juliana Ferre Suliano	
Célia \Maria de Almeida	
Leandro José dos Santos Silva	
Laís Câmara da Rocha	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL EJAI – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No dia 01 de abril de 2025, às 17h, deu-se início à reunião da Comissão de Estruturação do Seminário Intermunicipal EJAI – Educação de Jovens e Adultos, contando com a presença das seguintes conselheiras: **Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Leandro José dos Santos, Rachel Martins Barral e Juliana Ferre Martins Suliano.** Pauta: **Reunião de Estruturação do Seminário Intermunicipal.** Após ampla discussão, a comissão fez as seguintes deliberações: **Palestrante:** Sr. Elionaldo Julião Fernandes, Mestre em Educação e Doutor em Ciências Sociais; **Data do evento:** 20 de maio de 2025; **Horário:** 17h às 20h; **Local:** Auditório da FAETEC; solicitar à Secretaria Municipal de Educação a disponibilização de transporte para o palestrante e a organização de coffee break. Não havendo outros assuntos a tratar, a presidente declarou encerrada a reunião às 17h43min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS	
JULIANA FERRE SULIANO	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA

No primeiro dia do mês de abril de 2026, às 16h06min, reuniu-se, em caráter ordinário, o Conselho Municipal de Educação, sob a presidência da conselheira titular, iniciando-se os trabalhos com a verificação da presença dos membros, estando presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Laís Câmara da Rocha, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Juliana Ferre Martins Suliano, Adriana das Dores Domingos de Castro, Célia Maria de Almeida e Leandro José dos Santos Silva.** A ordem do dia foi composta pelos seguintes itens: **Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada em 19/03/2026**, a qual foi aprovada por unanimidade; **Leitura da Ata da Comissão de Eleição, datada de 30/03/2026**, para ciência do colegiado; **Leitura do Ofício recebido nº 402/26/SME**, que solicita a indicação de representantes do CME para compor o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da ETI – Educação em Tempo Integral. Após deliberação, foi indicado como titular a conselheira Cristiane dos Santos Pereira de Freitas e como suplente a conselheira Rachel Martins Barral**; Leitura do Ofício recebido nº 12/26/SEPE**, que solicita detalhamento acerca do processo de escolha das entidades sindicais na composição deste Conselho. O colegiado deliberou pelo encaminhamento de cópia do edital, conforme previsto em pauta, considerando que o referido instrumento esclarecerá integralmente os questionamentos apresentados pelo sindicato; **Leitura do Ofício recebido nº 396/26/SME**, referente à resposta ao Ofício nº 13/26/CME, que solicita providências quanto ao déficit de PAE – Profissional de Apoio Escolar para estudantes da educação inclusiva, para ciência do colegiado; **Leitura do Ofício recebido nº 216/26/2ªPJTCOARE**, que requisita informações sobre o prazo do mandato vigente da composição deste Conselho, cópia do Plano de Ação, calendário de visitas às Unidades de Ensino e relatório das ações desenvolvidas em 2025, para ciência**; Leitura do Edital nº 01/26/CME**, ocasião em que a presidente solicitou o encaminhamento do instrumento aos sindicatos, bem como sua publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e na página oficial da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, na seção destinada aos Conselhos; **Leitura do Ofício expedido nº 27/26/CME**, que encaminha resposta ao Ofício recebido

nº 150/DLN/SME, referente ao parecer técnico do Edital nº 01/26/CME, para ciência. Em seguida, a conselheira Carla Meire Rodrigues de Campos sugeriu que o colegiado encaminhe ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando fiscalização quanto à manutenção e à lotação dos ônibus escolares. Ademais, os conselheiros deliberaram pelo envio de ofício à Secretaria Municipal de Comunicação, com o propósito de solicitar a divulgação do Edital nº 01/26/CME e a cobertura da eleição. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião às 16h54min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
CELIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRAIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO	
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA B. AYRES DO NASCIMENTO	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CPLN

Ata da Reunião Extraordinária da CPLN – Câmara de Planejamento, Legislação e Normas

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h08min, iniciou-se a reunião extraordinária da CPLN – Câmara de Planejamento, Legislação e Normas. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: **Licila Dantas Sales da Fonseca, Célia Maria de Almeida, Juliana Ferre Martins Suliano, Leandro José dos Santos Silva e Laís Câmara da Rocha.**O presidente deu início aos trabalhos, apresentando a seguinte pauta**: leitura da ata do dia 19 de março de 2026**: a qual foi devidamente aprovada; **Análise da data corte:** No que se refere à análise da data corte, procedeu-se à verificação da listagem das seguintes Unidades de Ensino: E.M. Antônio Cordeiro Portugal, E.M. Levy Miranda, CEMU, Creche Escola Pinguinho de Gente e Creche Escola Cabralzinho, não sendo constatadas intercorrências. No tocante às Unidades CEBRICK e E.M. Raul Werck de Castro, o colegiado deliberou pela notificação da SME (Secretaria Municipal de Educação), a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião às 15h13min, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga

Secretária Executiva

Licila Dantas Sales da Fonseca	
Juliana Ferre Suliano	
Célia \Maria de Almeida	
Leandro José dos Santos Silva	
Laís Câmara da Rocha	

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal